



## ANEXO II - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA EMPRESAS COM TRIBUTAÇÃO PELO REGIME DE INCIDÊNCIA NÃO CUMULATIVA

A empresa tributada pelo regime de incidência não-cumulativa deverá apresentar comprovação dos cálculos referentes ao percentual que represente a média das alíquotas de PIS e COFINS (observar item 5 deste anexo) efetivamente recolhidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, independentemente da quantidade de meses utilizados no cálculo do percentual, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**1.1.** Planilhas demonstrativas de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS, conforme item 5 deste anexo, em que os dados de “faturamento mensal” e “crédito apurado/descontado” devem ser extraídos do documento **Registros Fiscais - Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária**, e do recibo de entrega de **Escrituração Fiscal Digital - Contribuições**;

**1.2.** Cópia do **Registros Fiscais - Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária** referente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta. Este documento apresenta o faturamento mensal;

**1.3.** Cópia do recibo de entrega de **Escrituração Fiscal Digital - Contribuições** referente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta. Este documento apresenta o crédito apurado/descontado de PIS e COFINS;

**1.4.** Recibo de entrega da declaração de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica, ou outro documento expedido pela Secretaria da Receita Federal, para fins de comprovação do regime de tributação.

**2.** Caso a licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não-cumulativa em apenas alguns meses do período, deverá apresentar o cálculo do percentual médio de PIS e COFINS considerando apenas os meses em que houve efetivo recolhimento.

**3.** Para empresa tributada pelo regime de incidência não-cumulativa, que não tenha recolhido tributos por esse regime no período anterior à data da proposta, deverá apresentar percentual médio de PIS e COFINS realizado com base em faturamento e crédito tributário estimados, devendo, ainda assim, apresentar cópia do recibo de entrega de **Escrituração Fiscal Digital - Contribuições** e do documento **Registros Fiscais - Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária**.

**4.** Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e de COFINS não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

**5.** O cálculo dos percentuais médios de recolhimento de PIS e COFINS, efetivamente recolhidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, deverá ser demonstrado nos termos da planilha exemplificativa abaixo. Os dados de “faturamento mensal” e “crédito apurado/descontado” devem ser extraídos do documento **Registros Fiscais - Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária** e do recibo de entrega de **Escrituração Fiscal Digital - Contribuições**.

*(Segue tabela com os campos: Mês; Faturamento Mensal (A); Contribuição Apurada [B = (A x alíquota)]; Crédito Descontado (C); Contribuição Devida [D = B - C]; Percentual Efetivo [E = D/A], abrangendo os meses de maio/2021 a abril/2022.)*

**6.** Os percentuais cotados para PIS e COFINS são de inteira responsabilidade do licitante e não será admitida repactuação ou reequilíbrio em função de cotação de percentuais equivocados.

**OBS:** Deverá ser apresentada para fins de **CONTRATAÇÃO**.

(Local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **João Pedro Carvalho Torres, Supervisor de Planejamento e Contratações**, em 28/05/2026, às 11:43, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



**Contratação**, em 28/05/2026, às 11:52, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Alves Pinto, Membro de Comissão de Contratação**, em 28/05/2026, às 12:01, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Oliveira Moura, Membro de Comissão de Contratação**, em 28/05/2026, às 12:05, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael de Carvalho Amaral Chaves, Secretário Executivo de Tecnologia**, em 29/05/2026, às 09:09, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

**[https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)**

**acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0** informando o código verificador **15482528** e o código CRC **846C3604**.

**Referência:** Processo nº 00042.001207/2026-71

SEI nº 15482528

Rua Firmino Pires, 121 - Bairro Centro - - CEP 64001-070 - Teresina - PI  
- <https://www.teresina.pi.gov.br/sema>